



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Saubara

1

Terça-feira • 12 de Abril de 2022 • Ano • Nº 3127

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

## Prefeitura Municipal de Saubara publica:

- **Decreto Nº 1180/2022** - Define os prazos para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, do Exercício de 2022 e dá outras providências.
- **Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 026/2022 – Processo Nº 0075/2022** - Administrativo. Impugnação ao Edital de Licitação. Pregão Eletrônico nº 036/2022. Tempestividade. Conhecimento. Improvimento.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

## Decretos



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE SAUBARA  
GABINETE DA PREFEITA**



### DECRETO Nº 1180/2022

Define os prazos para pagamento do **Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU**, do **Exercício de 2022** e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SAUBARA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal; pela Lei Orgânica Municipal e pelo Código Tributário do Município,

#### DECRETA:

**Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, EXERCÍCIO 2022**, poderá ser pago em **cota única** ou em até **07 (sete) parcelas** iguais e consecutivas, conforme o seguinte critério:

- I. Valor até R\$ 70,00: pagável em cota única.
- II. Valor acima de R\$ 70,00 até R\$ 95,00: pagável em 02 (duas) parcelas iguais e consecutivas;
- III. Valor acima de R\$ 95,00 até R\$ 150,00: pagável em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas;
- IV. Valor acima de R\$ 150,00 até R\$ 200,00: pagável em 04 (quatro) parcelas iguais e consecutivas;
- V. Valor acima de R\$ 200,00 até R\$ 250,00: pagável em 05 (cinco) parcelas iguais e consecutivas;
- VI. Valor acima de R\$ 250,00 até R\$ 300,00: pagável em 06 (seis) parcelas iguais e consecutivas;
- VII. Valor acima de R\$ 300,00: pagável em 07 (sete) parcelas iguais e consecutivas.

**Art. 2º - O pagamento do IPTU 2022** deverá ser efetuado nas datas de vencimento estabelecidos da seguinte forma:

- I. A Cota Única ou a Parcela 01/07, terá seu vencimento em 30/06/2022;
- II. A parcela 02/07, terá seu vencimento em 30/07/2022;
- III. A parcela 03/07, terá seu vencimento em 30/08/2022;



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE SAUBARA  
GABINETE DA PREFEITA**



- IV. A parcela 04/07, terá seu vencimento em 30/09/2022;
- V. A parcela 05/07, terá seu vencimento em 29/10/2022;
- VI. A parcela 06/07, terá seu vencimento em 30/11/2022;
- VII. A parcela 07/07, terá seu vencimento em 30/12/2022.

**Parágrafo 1º - O pagamento da Cota Única** até a data de vencimento terá **desconto de 10% (dez por cento)**, sobre o valor total do imposto, devendo ser consignado no Documento de Arrecadação Municipal – DAM, constante do carnê, não sendo admitida a sua aplicação após a data do vencimento.

**Parágrafo 2º** - O pagamento não efetuado nas datas de vencimento acima estabelecidas, somente poderá ocorrer com os acréscimos legais, devendo ser atualizado de acordo com o disposto no art. 72 da Lei Municipal nº 08/2014 - Código Tributário Municipal.

**Parágrafo 3º** - O Contribuinte receberá no endereço físico ou virtual constante no Cadastro Imobiliário da Prefeitura, o carnê para pagamento do **IPTU do Exercício de 2022**, devendo procurar o Setor de Tributos para obtenção da 2ª via no caso de extravio ou não recebimento até a data do vencimento da Cota Única ou da Primeira Parcela, pessoalmente, pelo Telefone nº (71) 3696-1906 ou pelo E-mail [defaztributos.saubara@yahoo.com](mailto:defaztributos.saubara@yahoo.com).

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Saubara – Estado da Bahia, 12 de abril de 2022.

**MÁRCIA MENDES OLIVEIRA DE ARAÚJO  
PREFEITA**

## **Licitações**

---

---

PROCESSO Nº 0075/2022

REMESSA: COPEL

ASSUNTO: Impugnação. Edital de Licitação. Pregão Eletrônico 026/2022 – Proc. nº 0075/2022.

### **EMENTA.**

**ADMINISTRATIVO. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2022.**

**TEMPESTIVIDADE. CONHECIMENTO.**

**IMPROVIMENTO.**

### **1. RELATÓRIO.**

Trata-se de Impugnação ao Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 026/2022, que tem por presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada no fornecimento de ar-condicionado, para atender as necessidades deste município. A Impugnação foi interposta pela empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ/MF nº 21.997.155/0001-14) e submetido ao pregoeiro, para análise e parecer.

Sustenta a Impugnante: [1] Indevida exigência de qualificação Financeira a inviabilizar a Competição;

É o relatório.

### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO.**

Conforme já mencionado, o item impugnado do edital estabelece que a empresa a ser contrata deverá apresentar índice de Endividamento Total – ET inferior ou igual a 0,60 (zero virgula sessenta).

Na teoria contábil, o Endividamento Total é usado para indicar a capacidade que tem determinada empresa de honrar seus compromissos financeiros, de sorte que quanto maior o índice, maior dependência há de financiamentos de terceiros relativamente ao capital próprio. Assim, um índice menor significa menos comprometimento patrimonial e melhor solidez financeira.

A inclusão do ET como condição de habilitação nas licitações públicas ganhou importância em face da crescente responsabilização subsidiária da Administração pelos pagamentos de verbas e encargos salariais de funcionários de empresas contratadas que se tornaram insolventes.

O tema é motivo de preocupação não só deste Ministério, mas também do próprio Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério da Previdência Social (MPS), do Ministério da Fazenda (MF), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e do Ministério Público Federal (MPF) que, em conjunto, estudaram amplamente formas de se conseguir maior segurança nas contratações do poder público, nos termos do Acórdão nº 1214/2013-Plenário, do qual resultou na Instrução Normativa nº 06, de 23 de dezembro de 2013, que alterou significativamente a Instrução Normativa nº 02/2008.

Entre as conclusões constantes no substancioso voto do Relator Ministro Aroldo Cedraz, encontra-se:

“as exigências de qualificação econômico-financeira previstas na maioria dos editais não estão sendo capazes de evitar a contratação de empresas sem a devida capacidade econômico-financeira para honrar os compromissos pertinentes à prestação dos serviços”.

Daí a recomendação geral de que os editais sejam mais exigentes quanto à qualificação das licitantes, medida esta que passou, portanto, a ser seguida por esta Pasta Ministerial em suas contratações.

Com relação à exigência de Índice de endividamento total inferior a 0,60, cumpre ressaltar que, conforme já destacado, tendo-se em conta que quanto maior o Índice, maior o risco de insolvência da empresa licitante, o que se busca é resguardar este Ministério de empresas incapazes de executar o objeto contratado. Vejamos o teor do Acórdão 628/2014 TCU/Plenário:

“Para o índice de endividamento total previsto, verifica-se que o requisito da forma objetiva não gera controvérsias, uma vez que não há margem para subjetividade no julgamento do atingimento ou não de determinado índice contábil, cuja fórmula se encontra aposta de forma clara no edital.

(...)

Nessa linha, a exigência em comento encontra-se compatível com a defesa do interesse público, de resguardar a Administração de eventuais reclamações trabalhistas, pelas quais responde subsidiariamente, por meio de critério mais rigoroso de habilitação, em consonância ao que dispõe o acórdão.

(...)

Outrossim, deve-se observar que o índice em questão, cuja

fórmula é dada pelo quociente entre (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) ÷ (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante), nada mais é que o inverso da fórmula de Solvência Geral, prevista no Sicaf e de utilização generalizada. Com relação a esse índice, inclusive, o acórdão supra referenciado manifestou entendimento de que, para terceirização de serviços continuados, deve encontrar-se em patamar superior a 1,0. Significa dizer que o índice de endividamento total, por ser obtido pelo valor inverso, deveria ser igual ou inferior a 1,0. Logo, em tese, a exigência do índice, em valor igual ou inferior a 0,60, estaria dentro do patamar da recomendação.”

Ao examinar caso semelhante, a Segunda Câmara do TCU entendeu que Índices de Endividamento total inferiores a 0,60 podem ser considerados REGULARES, conforme voto do Ministro Relator, segundo entendimento sedimentado no Acórdão 8681/2011 – Segunda Câmara.

Nesse sentido, ressalte-se, ainda, a decisão do Plenário do TCU no TC001.400/2014-2, de que é possível dizer que o índice de 0,60 para o Endividamento Total é usual no mercado de serviços terceirizados e atende à lei.

“(…)

A verdade é que licitações têm imposto o Endividamento Total no máximo em 0,6 e não sofreram impedimento até agora. No caso analisado, a própria SELOG não aponta que o índice seja restritivo, mas apenas pede comprovação no sentido contrário.

(…)

Entretanto, evidentemente, há que se respeitar os requisitos do edital, que procuram dar segurança à contratação, como, no meu entender, foi o caso do Endividamento Total adotado pela SAMF/DF.

(…)”.

Ademais, o índice adotado encontra, ainda, respaldo em editais anteriormente lançados pelo Superior Tribunal de Justiça, que fixaram o Endividamento Total máximo em 0,60 e, embora contestados, não encontraram ressalva do TCU quanto à essa exigência, consoante os Acórdãos nºs 4379/2013-1ª Câmara e 8681/2011- 2ª Câmara. Conclui-se, portanto, que a restrição não é indevida e atende ao interesse público, por representar reforço às tentativas de resguardar a Administração dos prejuízos que poderão advir do inadimplemento de eventuais obrigações contratuais por parte da Contratada, visto que, por força da jurisprudência dos Tribunais, a Administração está sujeita ao cumprimento subsidiário no âmbito trabalhista e, nos casos das obrigações previdenciárias, ao seu cumprimento solidário.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Com efeito, a exigência do Edital nada mais fez do que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação equilibrada é o mínimo que a CONTRATANTE deve assegurar-se para tentar garantir o integral cumprimento do contrato.

De mais a mais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação. Destarte, não prosperam os argumentos do Impugnante de que os índices são ilegais e só visam “restringir a competitividade no certame”. O valor máximo 0,60 para endividamento total é usual no mercado e atende ao disposto no art. 31, §5º, da Lei 8666/93.

Nestes termos, CONHEÇO da Impugnação da Empresa **VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ/MF nº 21.997.155/0001-14)**, dada a sua tempestividade, e julgo pelo improvimento e mantendo-se a Licitação com a mesma qualificação.

Este é o Parecer, *S.M.J.*

Saubara, 11 de abril de 2022.

Wellington Araújo Pimenta  
**Pregoeiro Oficial**